

## Que reforma política é discutida pelo Jornalismo? Um estudo acerca da cobertura do Portal da Folha de S. Paulo sobre o assunto entre 1994 e 2016

### Which political reform does Brazilian journalism discuss? A study about the coverage of Folha de S. Paulo's website between 1994 and 2016

¿Qué reforma política debate el periodismo brasileño? Un estudio acerca de la cobertura del sitio de Folha de S. Paulo entre 1994 y 2016

**CAMILA MONT'ALVERNE**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil ([camilambpp@ufpr.br](mailto:camilambpp@ufpr.br))

**VICTOR HAUSEN**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil ([hausen.victor@gmail.com](mailto:hausen.victor@gmail.com))

**PEDRO HENRIQUE LEITE**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil ([pedrohenri.leite@gmail.com](mailto:pedrohenri.leite@gmail.com))

#### RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o padrão de cobertura sobre reforma política no site da Folha de S. Paulo entre 1994 e 2016, unindo a literatura de Ciência Política acerca do assunto com estudos sobre jornalismo político. Realizou-se uma análise de conteúdo automatizada de 6038 textos. Os resultados apontam que: a reforma política, de maneira geral, é uma agenda perene; algumas preocupações permanecem na agenda ao longo do período: discussões sobre sistema proporcional, regras relacionadas ao sistema partidário e normas de campanhas eleitorais; embora a agenda da seção opinativa e informativa seja semelhante, a primeira especula mais frequentemente acerca do sistema partidário e de forma e sistemas de governo.

**Palavras-chave:** jornalismo político; reforma política; agenda jornalística; folha de S. Paulo; análise de conteúdo.

#### ABSTRACT

*This article analyzes the coverage of the Brazilian political reforms made by Folha de S. Paulo's website between 1994 and 2016 by merging the literature in Political Science on this subject and studies in Political Journalism. To do so, we conducted an automated content analysis of 6,038 texts. The results indicate that political reforms are constantly in the journalistic agenda; that some concerns remain during the period, such as discussions about proportional representation, rules related to the party system, and the norms that regulate electoral campaigns, and that although the information and opinion sections have similar agendas, the latter speculates about the party system and the systems of government.*

**Keywords:** political journalism; political reform; journalistic agenda; portal da folha de S. Paulo; content analysis.

#### RESUMEN

Este artículo analiza la cobertura sobre la reforma política brasileña hecha en el sitio de Folha de S. Paulo entre 1994 y 2016, uniendo la bibliografía de ciencia política sobre el tema y los estudios en periodismo político. Para ello, se realizó un análisis de contenido automatizado de 6038 textos. Los resultados señalan que la reforma política, en general, es una agenda constante; que algunas preocupaciones permanecen durante el periodo: discusiones acerca del sistema proporcional, reglas relativas al sistema partidista y normas de regulación de campañas electorales, y que aunque las agendas de las secciones informativas y de opinión sean similares, la última especula acerca del sistema partidista y los sistemas de gobierno.

**Palabras clave:** periodismo político; reforma política; agenda periodística; folha de S. Paulo; análisis de contenido.

Forma de citar:

Mont'Alverne, C., Hausen, V., & Leite, P. H. (2018). Que reforma política é discutida pelo Jornalismo? Um estudo acerca da cobertura do Portal da Folha de S. Paulo sobre o assunto entre 1994 e 2016. *Cuadernos.info*, (43), 201-219.

<https://doi.org/10.7764/cdi.43.1289>

## INTRODUÇÃO

A reforma política é uma agenda recorrente no legislativo brasileiro, embora suas prioridades mudem de acordo com o contexto (Avritzer & Anastasia, 2006; Nicolau, 2017). Trazendo a expectativa de que as mudanças promoveriam transformações na cultura cívica de representantes e de eleitores (Santos, 2006), o tema retorna à pauta do parlamento e da imprensa frequentemente.

Não obstante a quantidade de mudanças no sistema eleitoral e partidário pelas quais a democracia brasileira tem passado, inexiste consenso sobre quais medidas deveriam ser adotadas e acerca de quais são os aspectos mais problemáticos. Ao mesmo tempo, as configurações resultantes dela são capazes de influenciar chances eleitorais, condições de governabilidade e a forma de escolha dos representantes por parte da sociedade. Portanto, a reforma é uma agenda de interesse do país, sendo objeto de disputa entre agentes de diferentes campos.

Considerando que boa parte das informações disponíveis aos cidadãos sobre o que se passa no Legislativo é transmitida pela comunicação de massa (Arnold, 2004; Azevedo & Chaia, 2008; Cook, 2005), as empresas jornalísticas são essenciais para priorizar algumas propostas, caracterizá-las como mais adequadas ou para fortalecer resistências a elas. A construção da agenda – e da legitimidade – das reformas passa, pois, pelo campo jornalístico.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é analisar o padrão de cobertura sobre reforma política no *site* da Folha de S. Paulo durante um período de 23 anos, entre 1994 e 2016, cobrindo o período desde o início da publicação da versão *online* do jornal até a realização da coleta. Mais especificamente, serão analisados o volume de cobertura sobre a temática e quais propostas recebem mais visibilidade, por meio de análise de conteúdo automatizada. O estudo permite detectar quais delas permanecem na pauta ao longo do tempo e quais são aventadas esporadicamente – tanto na seção informativa quanto na opinativa.

É importante ressaltar o ineditismo da proposta, pois, mesmo com a recorrência e importância do tema para a democracia brasileira, não há pesquisas considerando a agenda jornalística sobre a reforma, especialmente abrangendo um período extenso de tempo. Além disso, o trabalho testa a possibilidade de automatizar a análise de conteúdo do material jornalístico, algo já explorado por outros pesquisadores (Burscher, Vliegthart, & de Vreese, 2016; Flaounas et al., 2013; Grimmer & Stewart, 2013; Günther & Quandt, 2016; Hopkins &

King, 2010; Pang & Lee, 2008; Sjøvaag & Stavelin, 2012; Sudhahar, Franzosi, & Cristianini, 2011).

O artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, há uma breve discussão sobre reforma política e o papel do Jornalismo para este debate. Depois, apresentam-se as estratégias metodológicas, seguida pela análise dos resultados. O passo subsequente é a discussão dos achados da pesquisa. O trabalho é encerrado com a exposição das considerações finais.

## AS DISCUSSÕES SOBRE REFORMA POLÍTICA NO BRASIL E O PAPEL DO JORNALISMO

Desde a redemocratização do país<sup>1</sup>, diversos déficits da democracia brasileira foram elencados, sendo atribuídos a origens diversas, como a regras do sistema eleitoral, à dificuldade em equacionar representatividade e governabilidade, aos riscos de crises institucionais cíclicas, ao tipo de financiamento de campanha adotado e à participação – e seus limites – da sociedade no sistema político (Abranches, 1988; Ames, 2001; Avritzer, 2016; Bresser-Pereira, 2015; Nicolau, 2008; Nicolau & Power, 2007; Power & Zucco Jr., 2011; Rennó, 2008; Tavares, 1998). O diagnóstico dos problemas costuma vir acompanhado de diversas propostas de alterações no sistema, frequentemente, apresentadas como reforma política.

A constante presença do assunto na agenda política resulta na defesa, por parte de Couto e Arantes (2006), de que o Brasil permaneceu em uma espécie de agenda constituinte. Dito isso, Avritzer e Anastasia (2006, p. 11) argumentam que

A reforma política pode ser entendida, de forma mais restrita, como reorganização de regras para competições eleitorais periódicas, tal como tem sido o caso no Brasil pós-democratização, ou pode ser entendida, também, como uma reorganização mais ampla do sistema político brasileiro.

É a ideia expressada acima que este trabalho se refere ao utilizar o termo reforma política.

O diagnóstico dos problemas não resulta, todavia, em um consenso acerca da necessidade de reformas no sistema político brasileiro. Tampouco há acordo sobre os pontos a serem alterados ou no que concerne aos objetivos almejados com a reforma (Limongi, 2006; Nicolau, 2017; Rennó, 2008). Ainda assim, Nicolau (2017) argumenta que temas mais diretamente ligados às configurações do sistema proporcional – como tipo de lista, fragmentação partidária, coligações e cláusula de barreira – estão na agenda há mais de

20 anos. Almeida (2006) e Rennó (2006) concordam sobre a urgência de que se diminua a quantidade de candidatos, divergindo, porém, se isto deveria ser feito por meio da adoção de lista fechada para eleições proporcionais. Já Ames (2001) defende a adoção do modelo alemão para escolher os deputados<sup>2</sup>. Também existem propostas de maior magnitude, como a adoção do semi-presidencialismo (Amorim Neto, 2006), em contraponto à perspectiva de Figueiredo e Limongi (2006), que argumentam que o sistema brasileiro está estável. Para Soares e Rennó (2006), o cerne da questão consiste em encontrar um equilíbrio entre governabilidade e representatividade – que poderia, de acordo com os autores, ser alcançado por meio de um multipartidarismo moderado, com limitação ao número de candidatos, redução da dependência do Legislativo em relação ao Executivo e imposição de mais dificuldades à prática de caixa dois<sup>3</sup>.

A discordância não se dá apenas entre os analistas. Os próprios partidos não têm uma proposta definida de reforma política (Nicolau, 2017), enquanto os parlamentares – que seriam responsáveis por conduzi-la – tendem a ser refratários a alterações que possam acarretar prejuízos a seus interesses, permeando o processo com a imprevisibilidade dos resultados (Melo, 2006; Rennó, 2008).

Não obstante o papel crucial dos agentes da esfera da política institucional para os rumos das reformas, deve-se considerar que atores de outros campos – e detentores de interesses distintos – podem influenciar no seu desenrolar. Especificamente sobre a reforma política, Nicolau (2017, p. 136) ressalta a importância da opinião pública para que ela seja executada:

É bem conhecida a força inercial que predomina depois que determinado sistema eleitoral passa a vigorar em uma democracia. Isso explica em larga medida o fato de mudanças abruptas dos sistemas eleitorais não serem comuns. Contudo, embora incomuns, as reformas são realizadas, sobretudo, em situações nas quais existe alguma pressão por parte da opinião pública para isso.

Se a comunicação de massa possui a capacidade de “formular as preocupações públicas” (Miguel, 2002, p. 171), seu papel não pode ser negligenciado em assuntos de grande interesse e impacto para o país, a exemplo da temática abordada neste artigo. Os diversos enquadramentos e vozes presentes em um texto informativo, assim, interferem na construção da agenda pública de debates. Ao agendar as discussões mais relevantes e ao oferecer uma maneira de a sociedade encarar os assuntos públicos (Cervi & Massuchin, 2013a;

Entman, 2004; Maia, 2008; McCombs & Shaw, 1972), as empresas jornalísticas desempenham um papel político – e a relevância dele varia de acordo com a credibilidade da publicação.

A recorrência dos acontecimentos em evidência no material jornalístico também cumpre o papel de indicar ao leitor (e aos agentes políticos) que tal problemática merece atenção, por estar constantemente recebendo visibilidade (McCombs & Shaw, 1972; Sevenans, 2017; Weaver, McCombs, & Spellman, 2000). A depender da convergência e da concentração da cobertura, há reações do campo político (Gomes & Almada, 2014), que pode passar a valorizar (em certos casos, ainda mais) a temática em tela (Cook, 1989, 2005).

A priorização de perspectivas ou propostas não se dá apenas por uma opção política (ou ideológica) das empresas jornalísticas. A cobertura – principalmente, a informativa – segue uma série de critérios para ser produzida (Correia, 2011; Galtung & Ruge, 1965; Harcup & O'Neill, 2001; Preston, 2015). São tais regras as responsáveis por estabelecer a preferência por certas concepções – frequentemente, atreladas à visão de agentes políticos poderosos, que têm suas autoridades legitimadas (Cook, 2005; van Dalen, 2015). No caso do conteúdo opinativo, por não estar sujeito aos mesmos constrangimentos do informativo, é possível utilizá-lo para antecipar agendas, trazendo à pauta do dia questões de interesse da empresa ou de seus colonistas (Eilders, 1999; Espinosa, 2003; Mont'Alverne & Marques, 2015).

Devido às características distintas das seções, opta-se por tratar, neste trabalho, tanto do material informativo quanto do opinativo, distinguindo-os em momento oportuno. Além de averiguar a agenda da reforma política de maneira geral, isto permite examinar se o periódico antecipa algumas propostas, colocando-as em evidência por serem de seu próprio interesse – e não somente por constrangimentos provenientes das rotinas de produção jornalística.

Diante do exposto ao longo desta seção e do objetivo deste artigo, as hipóteses do trabalho são as seguintes:

- **H1:** Considerando que a reforma política é uma pauta frequentemente acionada no campo político, o assunto também permanece na agenda do *site* da Folha de S. Paulo durante todo o período analisado.
- **H2:** Propostas de mudanças ligadas ao sistema proporcional são as que permanecem na agenda ao longo de todo o período.

- **H3:** Como é na cobertura opinativa o espaço no qual a publicação e seus colunistas podem explicitar posicionamentos sobre a reforma e antecipar agendas, ela trata de pautas distintas daquelas presentes no material informativo.
- **H4:** A maior parte das matérias analisadas foi publicada na editoria de Política do *site*, por estar atrelada às discussões provenientes do campo político.

### ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O *corpus* do artigo é composto por 6038 matérias – entre notícias, reportagens, colunas, editoriais e cartas do leitor – publicadas no *site* da Folha, ligado ao jornal Folha de S. Paulo, e que traziam a palavra-chave “reforma política” em seu conteúdo. O período no qual os textos foram publicados está localizado entre 1994 e 2016, compreendendo 23 anos de cobertura. O início da coleta se dá em 1994 porque é a partir deste ano que o material está disponível na busca *on-line*, sem necessidade de recorrer ao acervo, para o qual os autores ainda não desenvolveram uma ferramenta de coleta automatizada e, conseqüentemente, inviabilizaria a manipulação da quantidade de textos de acordo com a proposta desenhada pela pesquisa. A coleta foi realizada no dia 8 de maio de 2017 e se encerra em 2016, por este ser o último ano completo finalizado à época.

O inventário das peças a compor o *corpus* foi feito de maneira automatizada, por meio de códigos desenvolvidos para as linguagens Python e R<sup>4</sup>. Para a extração de dados das páginas HTML do *site* da Folha de S. Paulo foi utilizado o módulo BeautifulSoup<sup>5</sup>. Em seguida, a estruturação inicial dos dados foi feita por meio da biblioteca Pandas<sup>6</sup>. Ambas são desenvolvidas para a linguagem Python e os procedimentos adotados são semelhantes aos empregados por Sjøvaag e Stavelin (2012) em pesquisa que também analisa jornalismo online.

Foi realizada uma conferência manual dos arquivos coletados a fim de eliminar textos duplicados ou publicados por páginas parceiras do *site* da Folha, mas que estivessem vinculados à busca. As peças produzidas pela página F5 (com caráter de entretenimento) e as chamadas para os produtos multimídia do *site* (como podcasts e matérias em audiovisual, que não traziam texto escrito) foram desconsideradas, por fugir do foco da proposta. Por fim, a checagem também teve o intuito de detectar textos que não se referissem à reforma

política no contexto brasileiro, excluindo-os do *corpus*<sup>7</sup>.

Sobre o *site* escolhido para a pesquisa, argumenta-se que, além de ser uma página ligada a um dos mais relevantes *quality-papers* brasileiros (o jornal Folha de S. Paulo), representa a migração de um periódico convencional para um portal de notícias (Tavares & Massuchin, 2017). Lidando com o material do *site*, é possível ter acesso tanto ao conteúdo de cunho factual – as chamadas *hard news*, relatando os passos da reforma e discussões cotidianas do campo político sobre o assunto – quanto ao material opinativo, que tem maior possibilidade de apresentar caráter reflexivo e propositivo. O *site* permite alcançar o material publicado no jornal impresso – o principal produto jornalístico do Grupo Folha por décadas – e replicado no online, bem como acessar o conteúdo produzido exclusivamente para a plataforma digital. Neste sentido, a pesquisa de Cervi e Massuchin (2013b) aponta que o *site* da Folha mantém um perfil de público e de produção próximo ao do jornal impresso, tendendo a priorizar as *hard news*, especialmente sobre política.

As estratégias metodológicas estão desdobradas em algumas fases: a) observou-se a frequência de textos publicados a cada ano, a fim de perceber se há alterações significativas; b) as matérias foram separadas entre informação e opinião, de acordo com a seção à qual pertencessem<sup>8</sup>. Em seguida, elas foram distribuídas de acordo com suas editoriais; c) análise de conteúdo a fim de mapear as propostas de reforma política mencionadas nas peças; d) cálculo de médias móveis dos eixos de propostas mapeados pela cobertura, com objetivo de perceber variações na agenda do *site* ao longo do período analisado. A seguir, detalham-se os procedimentos aplicados ao passo c).

A fim de demarcar quais seriam as propostas de reforma política consideradas, o artigo baseou-se nos termos que compõem os capítulos de Avritzer e Anastasia (2006) e no glossário de Nicolau (2017), operacionalizando-os como palavras-chave para identificar as proposições expressas nos textos. Após a definição das propostas a serem mapeadas (por exemplo, financiamento de campanha, cláusula de barreira, lista aberta, voto distrital, etc), a recorrência e distribuição delas foi aferida de forma automatizada, com a utilização de ferramentas desenvolvidas para a linguagem R. Foram empregadas as bibliotecas *dplyr*<sup>9</sup> e *tm*<sup>10</sup>, a fim de refinar o material e obter a quantificação das frequências dos termos mapeados. A análise de conteúdo automatizada possibilita manipular maior

Eixos de propostas	Tipos de propostas de reforma política contempladas pelo eixo
Sistema proporcional	Cláusula de barreira, coligações, distribuição de cadeiras, suplência, tipo de lista, voto distrital
Desenho institucional	Cameralismo, forma e sistema de governo, federalismo
Campanhas	Financiamento de campanha, Sondagens, criminalização do caixa dois
Partidos e questões legais	Sistema partidário, fidelidade partidária, foro privilegiado
Participação	Participação popular, obrigatoriedade do voto, projeto de iniciativa popular, referendo, plebiscito
Eleições	Sistema eleitoral, reeleição
Questões econômicas	Emendas parlamentares, orçamento impositivo, autonomia do Banco Central

Tabela 1. Eixos de propostas de reforma política mapeados

Fonte: Elaboração própria.

quantidade de texto em relação à investigação executada por codificadores humanos, permitindo uma visão global do material analisado (Flaounas et al., 2013).

Ressalte-se que a unidade de análise para a frequência dos termos foi o texto, buscando evitar uma inflação artificial de algumas propostas. Assim, independentemente de quantas vezes a proposta aparece na mesma matéria, ela é considerada apenas uma vez. As propostas elencadas foram agrupadas em eixos de acordo com o tipo de reforma proposto<sup>11</sup>. O mesmo texto pode ser agrupado em mais de um eixo, a depender das proposições que mobilize. A composição de cada um deles é descrita na tabela 1.

## ANÁLISE

O gráfico 1 traz a frequência de textos mencionando o termo “reforma política” no material analisado. Nele, considera-se o total de peças – tanto as pertencentes à seção informativa quanto à opinativa. É possível identificar a existência de ciclos de cobertura sobre o assunto. É frequente que, após intervalos de queda na quantidade de textos mencionando a reforma (que acontece, especialmente, em anos eleitorais<sup>12</sup>), o assunto volte a crescer e depois caia novamente em relação a períodos anteriores.

Com o passar do tempo, a quantidade de material cresce de maneira vertiginosa – não necessariamente porque os debates se tornaram mais duradouros ou porque mais reformas estiveram em pauta, mas até mesmo pelos avanços tecnológicos e pelas alterações

nas rotinas de produção jornalística online. Algumas das mudanças são a possibilidade de atualização constante, a maior rapidez no processo produtivo e o aumento na oferta de notícias, reportagens e textos opinativos (Masip, 2005; Menke et al., 2018; Salaverría & Negro, 2008), dado que limitações impostas pelo papel deixam de existir.

Durante a década de 1990, o pico de cobertura acontece em 1997 (150 textos), ano no qual foi aprovada a emenda da reeleição para cargos do Executivo. Depois disso, a quantidade de textos volta a crescer em 2000 e em 2002 – o último é o ano no qual foi aprovada a regra da verticalização das coligações. Após este período, há um crescimento acentuado em 2005 (450 textos), período no qual se inicia a discussão de outra reforma política no Congresso Nacional. Os dois anos seguintes permanecem com elevada quantidade de textos mencionando a temática em relação aos anteriores, indicando que a reforma permaneceu em pauta (417 peças em 2006 e 569 em 2007). 2008, 2009 e 2010 são anos de queda em relação aos anteriores, sendo seguidos por um crescimento em 2011 (363 textos), quando foram implantadas comissões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para elaborar novas propostas de reforma.

A maior frequência de textos registrada em todo o período se concentra em 2013, ano no qual um aumento no preço da passagem de ônibus em São Paulo, a maior cidade do Brasil, desencadeou uma série de manifestações de rua em diversos municípios do país, nas quais a população expressou insatisfação

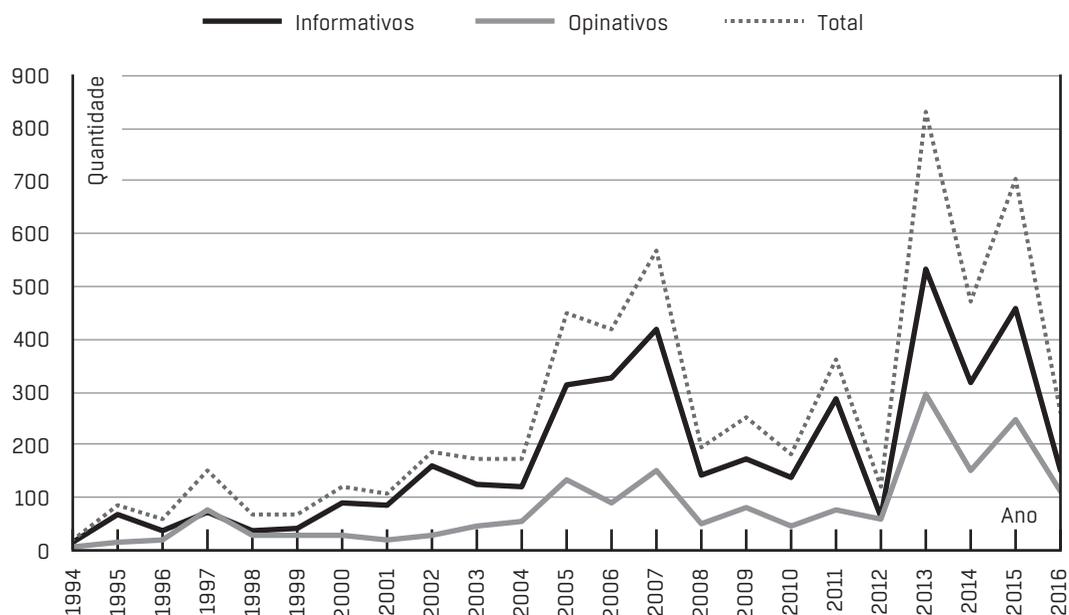


Gráfico 1. Frequência de textos mencionando “reforma política”

Fonte: Elaboração própria.

generalizada com o campo político e com o acesso a serviços. Embora a reforma política não fosse uma pauta fortemente encampada pelos manifestantes, a então presidente Dilma Rousseff propôs a realização de uma assembleia constituinte exclusiva para o assunto – posteriormente, ela recuou sobre a constituinte, mas manteve a proposta de reformas. Com 829 matérias tratando de reforma, houve uma média de mais de dois textos por dia tratando do assunto naquele ano. Há uma queda na quantidade de textos publicados em 2014 (472 textos), ano eleitoral. A frequência volta a crescer em 2015 (703 peças), quando a Câmara dos Deputados vota a chamada minirreforma política, registrando queda em 2016.

O gráfico 1 também traz a frequência dos textos divididos entre informativos e opinativos. A intenção é perceber se há algum período no qual a quantidade de peças opinativas supera a de informativas, o que poderia indicar a tentativa da empresa jornalística em estabelecer a agenda sobre o assunto, antecipando-se às discussões patrocinadas pelos acontecimentos do campo político.

Durante todo o período analisado, não há nenhum ano em que tenham sido publicados mais textos de caráter opinativo sobre reforma política em relação aos informativos. Na realidade, a curva das duas seções obedece ao mesmo padrão, apontando que a cobertura

opinativa se comporta – pelo menos, no que concerne ao grau de visibilidade – de maneira semelhante à informativa. Até mesmo os ciclos de crescimento da cobertura são semelhantes nas duas seções.

Os próximos gráficos e tabelas apresentam dados sobre as propostas de reforma mais recorrentes durante o período analisado. No total, 69 tipos diferentes de propostas (e suas variações, a exemplo dos tipos de lista, voto distrital, tipos de financiamento de campanha, dentre outras) foram encontrados no material analisado. Para facilitar a visualização dos dados e por pertencerem ao mesmo conjunto de propostas, eles foram agrupados em eixos, conforme apresentado na seção metodológica. A tabela 2 traz a frequência de tais eixos durante o período analisado<sup>13</sup>.

O eixo mais acionado pelos textos é “Sistema proporcional”, com 29,6% das ocorrências. Em seguida, aparece “Campanhas”, com 19,4% de ocorrências. “Partidos e questões legais” é um eixo mobilizado em 16,5% dos casos. “Eleições” e “Participação” possuem uma quantidade de frequências muito próxima, sendo 14,3% no caso do primeiro e 14,2% no segundo. Por fim, a discussão sobre “Desenho institucional” aparece em 4,5% das peças, enquanto “Questões econômicas” possui apenas 1,4% de ocorrência. Por estes dados, já é possível perceber que as discussões sobre sistema proporcional

Eixos de propostas	Informativo	Opinativo	Total
Sistema proporcional	1318	360	1678
Campanhas	845	256	1101
Partidos e questões legais	661	274	935
Eleições	576	238	814
Participação	540	267	807
Desenho institucional	154	103	257
Questões econômicas	54	28	82
Total	4148	1526	5674

Tabela 2. Frequência de cada eixo no material analisado<sup>14</sup>

Fonte: *Elaboração própria.*

se destacam em relação às outras no tocante ao total de visibilidade conferida pelo *site*. Isto não é suficiente para afirmar, porém, que a questão esteve em pauta ao longo de todo o período, mas os gráficos apresentados posteriormente contribuem para isso.

A tabela 2 também permite analisar a frequência de menções às propostas de reforma divididas entre textos opinativos e informativos. O intuito é perceber se há ênfases distintas nas duas seções, o que poderia evidenciar a construção de uma agenda própria por parte da empresa jornalística.

Os dados apontam para uma diferença de ênfases em relação aos eixos nos quais predominam textos opinativos ou informativos. Na realidade, eles não revelam uma movimentação, por parte da seção opinativa, em tentar antecipar a agenda jornalística, já que nenhum dos eixos apresenta maior percentual de peças opinativas em relação às informativas. Aquele que traz maior proporção de textos opinativos é “Desenho institucional”, o que aponta mais liberdade para que o *site* e seus colunistas especulem sobre alterações substanciais no arranjo político brasileiro, considerando que as propostas deste eixo tratam de mudanças na forma e no sistema de governo.

Chama atenção a baixa proporção de textos opinativos em eixos como “Sistema proporcional” e “Campanhas”. Nestes casos, a cobertura parece priorizar notícias e reportagens que estão diretamente atreladas com as mudanças debatidas, pouco oferecendo espaço para que se especule sobre seus desdobramentos.

O gráfico 2 debruça-se sobre as médias móveis dos eixos analisados ao longo do período. É possível perceber, a partir destes dados, as curvas de variação de menções às propostas mapeadas no texto, a partir da média de cobertura ao longo dos anos. Neste caso, o cálculo limita-se ao ano de 2015, devido ao fato de, para ser possível calcular as médias móveis de 2016, seria necessário também possuir os dados de 2017, que ainda não é um ano completo<sup>15</sup>.

O comportamento distinto dos eixos fica visível neste gráfico, apontando que há concentração da discussão em alguns assuntos em períodos específicos. “Sistema proporcional”, por exemplo, tem picos no início dos anos 1990, em alguns anos de meados da década de 2000 (2002 e 2006, por exemplo), e mantém uma alta média a partir de 2010 (com exceção de 2012, quando há uma queda na cobertura sobre a temática, o que se explica por se tratar de um ano eleitoral comparado com outro não-eleitoral – 2011). Em relação a este eixo, é possível perceber que há interesse em debater as questões associadas a ele durante todo o período, não obstante as oscilações na quantidade de peças relacionadas à temática.

“Campanhas” é um eixo que alcançou alguns picos entre 2000 e 2010, mas parece receber visibilidade de maneira mais esporádica. Até 1999, o assunto apresenta baixa média de textos abordando-o. Após este período, os picos de cobertura se aproximam dos anos eleitorais ou pré-eleitorais – o que faz sentido, já que boa parte das propostas de mudanças em regras de campanha

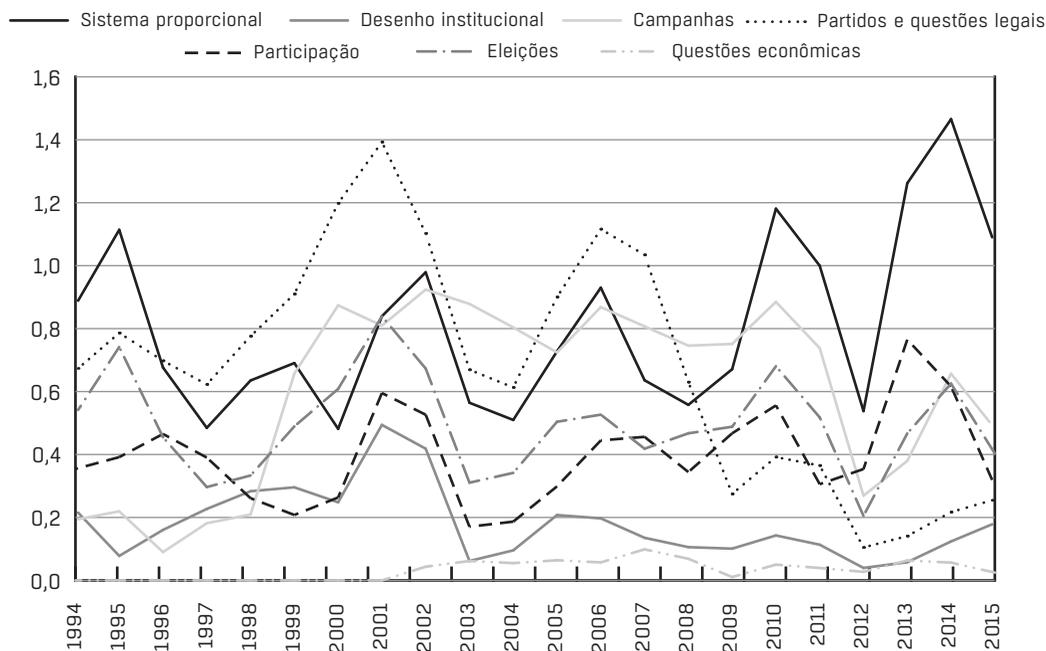


Gráfico 2. Médias móveis dos eixos ao longo do período

Fonte: Elaboração própria.

costuma ser aprovada no ano anterior às eleições e o cálculo da média móvel leva em consideração a quantidade de textos do ano anterior.

O eixo “Partido e questões legais” apresenta picos em 1995, 2001 e 2006. Apesar de, em certos momentos, sua média superar até mesmo aquela do eixo “Sistema proporcional”, não é um assunto que tem recebido tanta visibilidade nos últimos dez anos. O *site* conferiu maior importância às questões relacionadas ao eixo até meados dos anos 2000. Depois, há uma diminuição considerável na média dos textos sobre o assunto, com algum crescimento após 2013, apesar de ainda ficar abaixo da média de outros eixos.

O eixo “Eleições” registra diversos picos ao longo do período analisado. O maior deles acontece em 2001, mas existem outros em 1995, 2010 e 2014. Apesar de a curva apresentar oscilações nas médias do eixo durante o intervalo, “Eleições” dispõe de visibilidade ao longo do tempo, apontando que é uma agenda frequente. Considerando que diversas alterações nas regras eleitorais são discutidas no caso brasileiro, faz sentido que o assunto também figure costumeiramente na cobertura do *site*.

O eixo “Participação” registra seu maior pico em 2013, ano no qual houve diversas manifestações no

Brasil, fazendo com que os agentes políticos tentassem apresentar respostas à sociedade. Apesar de presente em outros momentos, como a curva do eixo permite perceber, a ideia de aumentar a oferta de ferramentas de participação (ou utilização delas com mais frequência) foi acionada como forma de atender às demandas dos manifestantes em 2013, contribuindo para explicar por que há maior média naquele período.

O eixo “Desenho institucional” permanece com baixa média ao longo de todo o período, atingindo seu pico em 2001. Por abranger propostas de maior magnitude, como aquelas concernentes à forma e sistema de governo, é possível que este tipo de proposta tenha menos espaço na cobertura, até porque demandam um consenso mais difícil de ser atingido para que sejam implementadas.

Por fim, são registrados valores para as médias do eixo “Questões econômicas” somente a partir de 2002. Elas permanecem baixas ao longo de todo o período e seu pico foi registrado em 2007, apontando que não é uma agenda das mais importantes para a discussão sobre reforma política no *site*.

Se a proporção entre o material informativo e opinativo por eixo aponta para poucas diferenciações entre eles, as divergências se tornam mais claras

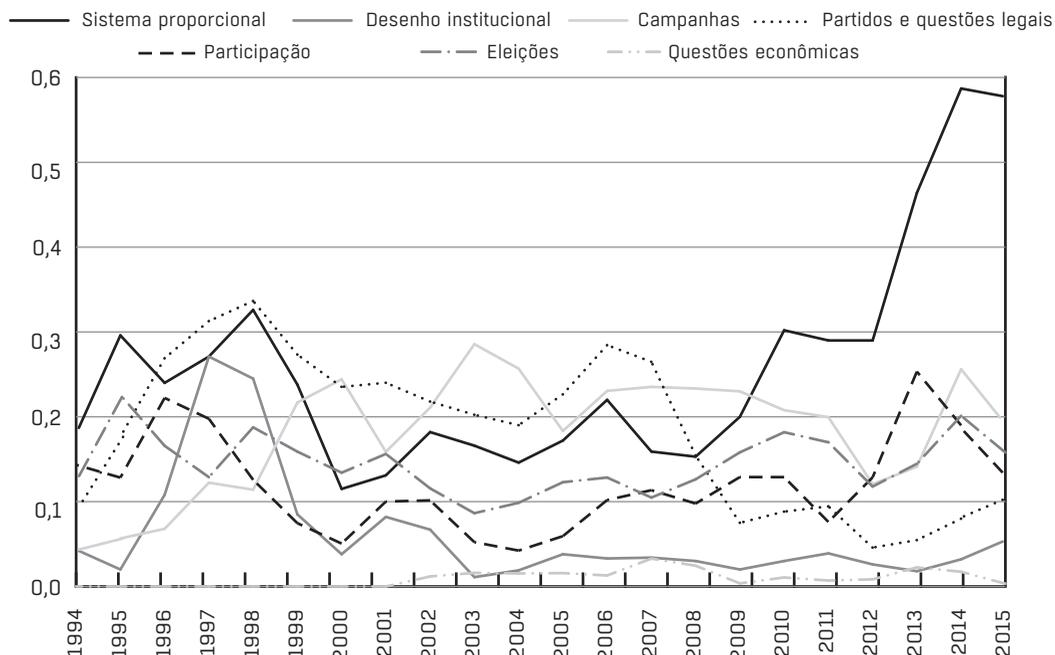


Gráfico 3. Médias móveis dos eixos na seção informativa

Fonte: Elaboração própria.

quando se consideram as médias móveis de cada seção. Nos próximos gráficos, fica claro que há ênfases distintas. O gráfico 3 traz as informações relativas à seção informativa, enquanto o gráfico 4 o faz em relação às peças opinativas.

A curva mais distinta entre os dois gráficos é aquela referente às médias do eixo “Partidos e questões legais”. Até meados dos anos 2000, o assunto foi mais visibilizado na seção opinativa que na informativa. Há alguns picos nos textos relativos à segunda. Porém, como é provável que não estivesse na pauta do dia durante todo o período, não atendia aos critérios de noticiabilidade para figurar na seção noticiosa. Como, no caso da opinativa, as mesmas exigências não são aplicáveis, há mais espaço para especular acerca de outras agendas.

O eixo “Sistema proporcional” já apresenta uma curva semelhante nas duas seções, apresentando crescimento nos mesmos períodos. A partir de 2013, todavia, a seção informativa possui médias consideravelmente maiores que as da seção opinativa. Por ser um eixo abrangendo questões que retornam frequentemente à agenda política, a exemplo do tipo de lista para eleições proporcionais, o assunto tende a manter-se na pauta de ambas as seções.

Movimento semelhante acontece com a curva do eixo “Campanhas”, que segue o mesmo padrão em ambas as seções. No início dos anos 2000, entretanto, a média do eixo cresce no material informativo, mas cai no opinativo. Isto indica que o assunto estava na pauta informativa – e, provavelmente, integrando a agenda política –, mas não houve grandes especulações sobre o assunto na opinativa. O eixo “Eleições” também mantém comportamento semelhante nas duas seções, assim como acontece em relação às peças agrupadas em “Participação”. As médias do eixo “Questões econômicas” se comportam de forma parecida.

Por fim, registram-se diferenças em relação às médias do eixo “Desenho institucional”. A tendência parece ser de que os textos informativos ofereçam espaço para debater o assunto quando há propostas com esse caráter em pauta. No caso da seção opinativa, há mais espaço para especular sobre elas, a exemplo do que acontece nos anos de 1994, 2005 e 2006, por exemplo, quando há crescimento apenas na seção opinativa. É provável que isto seja sinal da defesa de certas alterações no desenho institucional da democracia brasileira por parte do jornal, mas que não houvesse discussões no campo político que justificassem tratar da temática a partir de peças informativas.

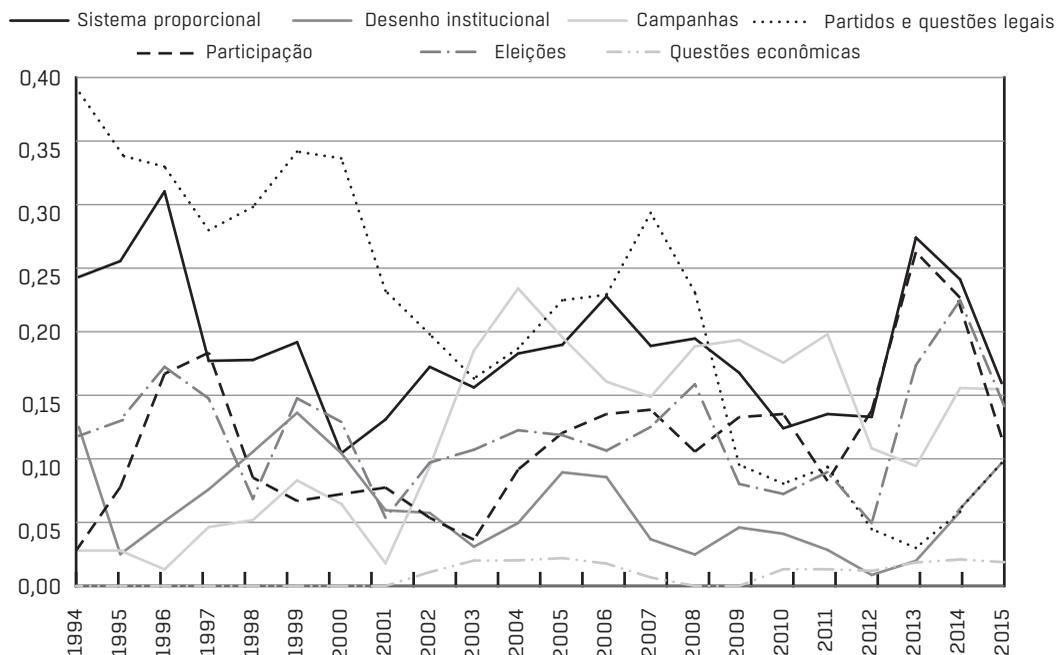


Gráfico 4. Médias móveis dos eixos na seção opinativa

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, apresentam-se os dados sobre a distribuição de textos por editoria. Por critérios de clareza, optou-se por apresentar apenas as 10 editorias que abrigassem mais peças. Ao agregar os dados, Brasil é a editoria com mais textos (aproximadamente 34% do total). Poder está em segundo, com 28%. Considerando que as duas são editorias de política (Poder substituiu Brasil como a editoria de política), 62% dos textos foram publicados neste caderno, apontando para sua predominância em relação aos outros. Opinião, que é formada por editoriais e artigos de opinião, abriga 18% das peças, enquanto Colunas é responsável por 6% delas. 3% dos textos está em Dinheiro, a editoria de economia do site, posteriormente substituída por Mercado. Por fim, Paineis do Leitor tem 2% dos textos e Mercado, Ilustrada e BBC abrangem 1% deles<sup>16</sup>.

Para finalizar, discute-se a distribuição dos eixos nas 10 editorias mais frequentes. Percebe-se que a editoria de política domina todos os eixos, quando somados os resultados de Brasil e Poder. Os eixos “Sistema Proporcional”, “Partidos e questões legais” e “Campanhas” são responsáveis por mais de 90% dos textos publicados nas editorias de política, indicando que são debates atrelados ao campo político e às diversas propostas apresentadas pelos seus agentes. São

encontradas algumas diferenças, porém, ao observar outras editorias.

“Desenho institucional” é o eixo no qual há menor porcentagem de textos pertencentes às editorias de política (aproximadamente 70%). Nele, assim como em “Questões econômicas” e em “Participação”, há cerca de 10% das peças pertencentes a Colunas. Além disso, “Desenho institucional” é o eixo com maior proporção de textos pertencentes à Opinião, indicando que o site realmente abriu espaço para especular sobre tais mudanças, quando comparado com os outros assuntos. Os eixos “Desenho institucional” e “Eleições”, por sua vez, são os que mais aparecem em Paineis do Leitor, apontando que há interesse dos cidadãos (e do jornal, ao selecionar as contribuições que serão publicadas) em debater tais temáticas.

## DISCUSSÃO

Os resultados apresentados na seção acima permitem afirmar que a hipótese 1, postulando que a reforma política permanece na agenda do site da Folha de S. Paulo durante os 23 anos analisados, é comprovada. Durante todo o período, há discussão sobre algum aspecto do assunto, embora existam momentos nos quais a visibilidade cresce em relação a anos anteriores.

Editorias	Sistema proporcional	Desenho institucional	Campanhas	Partidos e questões legais	Participação	Eleições	Questões econômicas	Total de peças da editoria <sup>17</sup>
Brasil	424	76	479	511	213	265	28	2056
Poder	881	48	351	146	287	273	25	1700
Opinião	240	68	159	187	162	125	15	1062
Colunas	28	17	35	24	59	48	6	337
Dinheiro	14	11	11	14	5	11	3	176
Painel do Leitor	8	11	9	8	9	34	0	119
Cotidiano	8	0	4	0	16	1	0	83
Mercado	15	2	8	1	8	11	0	82
Ilustrada	12	7	7	4	3	6	0	77
BBC	8	3	7	9	7	12	0	67

Tabela 3. Quantidade de textos por editoria e distribuição por eixo temático

Fonte: Elaboração própria.

Na realidade, o gráfico de frequência permite perceber ciclos na cobertura sobre reforma. Quando começa a se falar em uma reforma, ou ela está em pauta, a cobertura aumenta em relação aos anos anteriores (por exemplo, 1997, 2005, 2007). Em 2013, apenas apresentar a proposta de reforma como resposta às manifestações já ocasionou o pico de textos tratando do assunto. Deve-se considerar, ainda, o contexto singular de ser uma proposta originada pelo Executivo. Deste modo, mesmo em um assunto prioritariamente de responsabilidade do Legislativo, a iniciativa do Executivo parece influenciar no volume de cobertura, reforçando o maior destaque conferido a ações provenientes de tal Poder, como já identificado pela literatura (Azevedo, 2005; Azevedo & Chaia, 2008; Mont'Alverne, 2017; Noleto Filho, 2009).

A força do Executivo em aprovar suas proposições (Figueiredo & Limongi, 2001; Limongi, 2006) também pode contribuir para maior cobertura naquele momento, já que a reforma proposta pela então Presidente Dilma Rousseff poderia ser encarada como a que teria maiores chances de sucesso – além da polêmica em torno das proposições e dos procedimentos pelos quais elas seriam realizadas.

Por outro lado, também há grande volume de cobertura em 2015, ainda mais se comparado ao de outras reformas. É necessário levar em conta os avanços tecnológicos, que permitem aumentar a quantidade de informação disponibilizada e podem ser relevantes para o registro do aumento, mas o caráter polêmico das reformas – e do procedimento pelo qual foram implementadas – também é outro fator a ser considerado<sup>18</sup>.

Outro aspecto a ser levado em conta em relação à presença do tema na cobertura do site é a importância do assunto para o campo político e para a sociedade brasileira. Não seria razoável a uma empresa que adere ao modelo comercial de Jornalismo – implicando, portanto, em observância aos critérios de noticiabilidade e aos princípios de objetividade e neutralidade (Bucci, 2000; Tuchman, 1978) – ignorasse a discussão sobre reforma política, ainda mais tendo em vista a possibilidade de que possua interesses em seus resultados.

A hipótese 2, defendendo que propostas de mudanças ligadas ao sistema proporcional são as que permaneceriam na agenda ao longo de todo o período analisado, foi parcialmente confirmada. Apesar da oscilação existente, com picos em períodos específicos, o eixo “Sistema proporcional” está constantemente na agenda do site.

Além disso, é o eixo com mais menções no total. Isto vai ao encontro do argumento de Nicolau (2017), de que propostas de reforma relativas ao sistema proporcional figuram na agenda política nos últimos 20 anos. Neste sentido, é possível especular que a cobertura sobre o assunto esteja fortemente atrelada às discussões no campo político. No entanto, outros eixos, como “Partidos e questões legais” e “Eleições”, figuram na cobertura de maneira relativamente constante ao longo do período. Assim, o *site* não concentra visibilidade apenas às pautas concernentes ao “Sistema proporcional”.

A hipótese 3, afirmando que há diferenças significativas entre as pautas enfatizadas no material opinativo e no informativo, foi parcialmente comprovada. Quando se considera apenas a proporção entre material informativo e opinativo por eixo, a agenda se mostra bastante semelhante. Ao levar em conta as médias móveis das seções, porém, são percebidas ênfases diferentes em relação a alguns eixos. “Partidos e questões legais” e “Desenho institucional” são eixos mais mobilizados pelo material opinativo, apontando que o *site* trata dos assuntos mesmo sem estarem, necessariamente, na pauta do dia. No entanto, os outros eixos se comportam de forma semelhante nas duas seções.

A linha do volume de cobertura opinativa também se comporta de maneira semelhante à da informativa, apontando que não parece haver antecipação de muitas agendas sobre reforma política, algo que poderia acontecer, tendo em vista a maior liberdade da seção opinativa para definir a própria pauta (Espinosa, 2003; Mont'Alverne & Marques, 2015). Porém, nem mesmo em períodos sem reformas em andamento há mais material opinativo em relação ao informativo. Isto pode se dar pela dinâmica de produção do conteúdo opinativo – há menos espaços para colunas e editoriais que para notícias e reportagens –, mas também aponta que as discussões sobre reforma, de modo geral, tendem a seguir o padrão do material informativo.

Mais que a agenda das publicações e uma tentativa de pautar as discussões, a seção opinativa também pode ser um espaço para especular acerca das propostas, apresentar avaliações sobre elas e esmiuçar possíveis consequências caso fossem adotadas. Na medida que há reduzido espaço para este tipo de texto, é possível também que a cobertura oferecida aos leitores enfoque acontecimentos imediatos, com pouco aprofundamento e esclarecimento sobre as medidas em discussão. Os resultados permitem até apontar ser provável que mudanças de maior magnitude, a exemplo das que se

referem à forma ou sistema de governo, tenham mais espaço no material opinativo pela dificuldade em serem debatidas em ambientes institucionais, permanecendo em um nível mais especulativo.

A hipótese 4, apontando que a maior parte das peças analisadas foi publicada na editoria de Política do *site*, foi confirmada. A discussão concentrada nesta editoria posiciona o campo político como responsável pelas diversas proposições de reforma. Além disso, aponta para a tendência de a cobertura focar em *hard news*, sem grandes especulações acerca do impacto das mudanças – especialmente em eixos nos quais a cobertura a partir desta editoria domina, como “Sistema proporcional”, “Partidos e questões legais” e “Campanhas”. Ademais, parece ser pouco debatido o papel do Poder Judiciário no processo, que também é responsável pela alteração de diversas normas concernentes, particularmente, ao processo eleitoral (Salgado & Silva, 2017).

Indo além das respostas às hipóteses desenhadas pela pesquisa, o diagnóstico dos ciclos de cobertura pode indicar que existem ondas de cobertura sobre a reforma política, com períodos nos quais a temática claramente constitui-se como assunto de grande interesse na agenda dos *media*, da sociedade e dos agentes políticos, seguido por uma queda no interesse em estágios subsequentes. Embora, ao contrário do que fazem Gomes e Almada (2014), a pesquisa não esteja preocupada em mapear a formação de ondas de notícias, o padrão demonstrado pelas frequências e médias móveis indica que há períodos de visível crescimento do volume de cobertura oferecido à reforma política, seguidos por arrefecimento de tal interesse – um espaço que será eventualmente ocupado por outros assuntos mais urgentes, tendo em vista que visibilidade é um material escasso. As ondas podem ser observadas inclusive em relação a eixos de propostas específicas.

Os resultados também evidenciam que a reforma política é uma agenda constante. Um indício de quão perene é a agenda é que, poucos anos após a redemocratização do país, as alterações já estavam em pauta. Isto é evidente ao considerar que, desde o início do período analisado, há ocorrência de menções à reforma política – não obstante a diferença de prioridades já esmiuçada ao longo do texto.

## CONCLUSÃO

Os dados explorados ao longo do artigo permitem traçar dois tipos de conclusões. Elas podem ser

estabelecidas tanto em relação à agenda sobre reforma política na cobertura do *site*, levando em conta quais são as temáticas mais recorrentes, quanto no que concerne à distribuição da frequência das propostas ao longo do tempo, permitindo aferir quais permanecem e quais saem da pauta.

Acerca do primeiro, dentre os eixos de propostas de reforma mais recorrentes estão “Sistema proporcional”, “Campanhas” e “Partidos e questões legais”. É interessante notar também o aparecimento tardio, junto a certa escassez de visibilidade, do eixo “Questões Econômicas”. As propostas mais frequentes indicam uma agenda específica de prioridades consideradas pela cobertura do *site* da Folha de S. Paulo ao longo do tempo, embora outros conjuntos de propostas também sejam importantes. Há visibilidade esporádica a algumas questões, a exemplo dos eixos “Participação” e “Desenho institucional”.

O segundo tipo de conclusões complementa aquele apresentado acima. Boa parte dos eixos de propostas mapeados permanece na cobertura durante todo o período. Isso indica que algumas pautas compõem a agenda do *site* – e, provavelmente, do campo político – durante todo o intervalo. Isto não significa, porém, que a cobertura se comporte de maneira estática, pois existem variações na ênfase ao longo do tempo.

Há, portanto, algum espaço para renovação da agenda jornalística sobre reforma política; no entanto, é provável que ela esteja bastante atrelada às discussões contextuais sobre o assunto no campo político – especialmente, quando se considera que a ênfase do material analisado se constitui de *hard news*. O crescimento e arrefecimento das diferentes agendas acerca da reforma política aponta a mudança de prioridades ao longo do período, não obstante uma duradoura preocupação com o sistema proporcional, com regras relacionadas ao sistema partidário e com questões associadas a campanhas eleitorais. Ademais, a agenda do *site* parece priorizar reformas incrementais em detrimento daquelas de grande magnitude, como aponta a baixa ocorrência de peças agrupadas no eixo “Desenho institucional”.

É necessário, ainda, fazer uma ressalva de que a menção às propostas de reforma não significa que elas sejam uma agenda de interesse direto do *site*,

principalmente em relação ao conteúdo informativo. Figurar no noticiário não é indício de que a temática é considerada prioritária pela publicação, devido aos diversos critérios existentes a balizar a atividade jornalística. É possível que o assunto apareça devido às movimentações do campo político, que o colocaram em pauta, mas isso não implica que o *site* necessariamente tome a questão como agenda própria. Todavia, quando há diferenças consideráveis entre os temas tratados na seção informativa e aqueles abordados na opinativa, a evidência de uma agenda própria dos periódicos se torna mais forte, algo que não se verificou totalmente no caso em tela. Ainda assim, não é possível desconsiderar que tratar frequentemente de certos assuntos significa conferir a eles algum grau de importância, mesmo que não estejam entre as principais preocupações da empresa.

Os dados e a operacionalização da análise não permitem tratar dos enquadramentos mobilizados pelo *site*, nem se a empresa se posiciona favoravelmente ou de forma contrária às diversas propostas de reforma política. No entanto, a investigação traz descobertas pertinentes para os estudos na área, ao permitir perceber o que esteve – e permanece – na pauta jornalística quando se aborda reforma política.

Por fim, está no horizonte desta pesquisa a necessidade de refinar as ferramentas de análise de conteúdo automatizada, a fim de possibilitar investigações mais robustas, possibilitando aferir as avaliações acerca das propostas de reforma política – aplicando análises de enquadramento para saber a partir de quais perspectivas o assunto é abordado, por exemplo.

Além disso, é importante adotar uma perspectiva comparativa, considerando outros produtos jornalísticos, a fim de perceber se as temáticas tratadas permanecem as mesmas e se há diferenças significativas no padrão de cobertura a depender da publicação abordada. A comparação com a discussão sobre reforma política em outros países da América Latina também pode se mostrar proveitosa, uma vez que a região passou por diferentes momentos de instabilidade política, que geraram uma gama diversa de propostas sobre como resolver os déficits frequentemente elencados em tais democracias.

## NOTAS

1. A redemocratização do Brasil aconteceu após o encerramento da ditadura civil-militar (1964-1985). Em 1988, foi promulgada a nova Constituição, que está em vigor atualmente.

2. O sistema eleitoral misto, também conhecido como modelo alemão, combina a fórmula eleitoral proporcional, com o voto em uma lista de candidatos, com a majoritária, na qual os eleitores escolhem candidatos específicos.
3. Prática de manter recursos financeiros de formas escusas e fraudar a fiscalização tributária. No caso eleitoral, pode consistir em receber doações de campanha e não contabilizar na prestação de contas à Justiça Eleitoral. Enquadra-se como crime no Art. 1º da Lei nº 8.137 (de 1990) e no artigo 350 do Código Eleitoral brasileiro (Lei nº 4737, de 1965).
4. Os autores são gratos à Rayza Sarmiento pela disponibilização do código, que foi, posteriormente, adaptado aos objetivos desta pesquisa.
5. Disponível em <<https://www.crummy.com/software/BeautifulSoup/bs4/doc/>>. Acesso em 18 abr. 2017.
6. Disponível em <<http://pandas.pydata.org/pandas-docs/version/0.18.0/pandas.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2017.
7. Pouco mais de 400 textos foram excluídos da coleta inicial após a triagem.
8. O próprio site da Folha informa a qual seção as matérias pertencem em seu cabeçalho e no link. A partir destas informações, é possível constatar se elas pertencem à seção opinativa ou informativa. Por exemplo: é sabido que as seções Poder e Mundo, por exemplo, são informativas; por outro lado, Painel do Leitor e Editoriais são opinativas.
9. Esta biblioteca permite manipular de forma rápida e consistente data frames e objetos análogos. Disponível em <<https://cran.r-project.org/web/packages/dplyr/dplyr.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2017
10. Este pacote foi utilizado para mineração de dados dos textos que compõem o corpus. Disponível em <<https://cran.r-project.org/web/packages/tm/tm.pdf>>. Acesso em 18 abr. 2017.
11. A lista de palavras-chave utilizada para mapear cada um dos eixos está disponível sob demanda aos autores.
12. No Brasil, as eleições para presidente, senador, governador do estado, e deputados estaduais e federais acontecem juntas. Com dois anos de diferença, acontecem as disputas para prefeitos e vereadores dos municípios. No período estudado, houve pleito nos seguintes anos: 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016.
13. Embora o eixo “Desenho institucional” seja composto também pelo termo “República”, este termo foi desconsiderado quando os dados foram agrupados, pois poderia gerar uma distorção na interpretação deles. O procedimento foi adotado porque há registro de quantidade significativa de ocorrências de “República” no material, mas associadas a cargos (como Presidente da República, por exemplo) e não à discussão sobre propostas de reforma política, tanto que a frequência de outros termos do referido eixo é consideravelmente menor, indicando que a ênfase não é no debate sobre formas de governo.
14. Como há textos nos quais pode não haver menção específica a nenhum dos eixos, a soma deles é menor que a quantidade de peças do *corpus*.
15. A exclusão do ano de 2016 não compromete a análise dos dados, pois o interesse é perceber as movimentações na cobertura ao longo do período – objetivo alcançado pelos gráficos apresentados.
16. Como o mesmo texto pode ser classificado em mais de um eixo, a soma deles pode ser maior que o total de peças apresentadas na tabela 1.
17. O total refere-se à soma de textos pertencentes a uma editoria. Esse valor não é condizente à soma dos eixos, pois é possível haver textos que abordem mais de um deles e outros que não tratem especificamente de nenhum eixo.
18. A reforma política de 2015, também conhecida como minirreforma, liderada pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, culminou na Lei 13165, de 2015, que alterou aspectos do Código Eleitoral. O processo foi permeado por questionamentos em relação ao procedimento de discussão e votação e por polêmicas acerca das propostas defendidas pelo Mesa diretora da Casa. Mais informações sobre o processo: Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-06/entenda-os-principais-pontos-da-reforma-politica>> e em <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141103\\_reforma\\_politica\\_polemicas\\_jf\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141103_reforma_politica_polemicas_jf_rm)>. Acesso em 31 ago. 2018.

## REFERÊNCIAS

- Abranches, S. H. (1988). Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro [Coalitional presidentialism: Brazil's institutional dilemma]. *Dados*, 31(1), 5–34.
- Almeida, A. C. (2006). Amnésia eleitoral: em quem você votou para deputado em 2002? E em 1998? [Electoral amnesia: who did you vote for congressmen in 2002? And in 1998?] In G. A. D. Soares & L. Rennó (Eds.), *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past] (pp. 34-46). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ames, B. (2001). *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Michigan: The University of Michigan Press.
- Amorim Neto, O. (2006). A reforma do sistema de governo: rumo ao parlamentarismo ou ao semipresidencialismo? [The reform of government system: towards parliamentarism or semipresidentialism?] In G. A. D. Soares & L. Rennó (Eds.), *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past] (pp. 316-344). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Arnold, R. D. (2004). *Congress, the Press, and Political Accountability*. Princeton: Princeton University Press.
- Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia no Brasil* [Standoffs of democracy in Brazil]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Avritzer, L. & Anastasia, F. (2006). *Reforma política no Brasil. Reforma Política no Brasil* [Political Reform in Brazil]. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Azevedo, F. A. (2005). Imprensa e Legislativo: os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004) [Press and Legislative: Folha de S. Paulo editorials on the Senate]. XIV *Encontro da Compós, Niterói*. Retrieved from [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_793.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_793.pdf)
- Azevedo, F. A. & Chaia, V. L. M. (2008). O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004) [The Senate in editorials of São Paulo's newspapers]. *Opinião Pública*, 14(1), 173-204. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100007>
- Bresser-Pereira, L. C. (2015). *A construção política do Brasil* [The political construction of Brazil]. São Paulo: Editora 34.
- Bucci, E. (2000). *Sobre ética e imprensa* [About ethics and the press]. São Paulo: Companhia das Letras.
- Burscher, B., Vliegthart, R., & de Vreese, C. H. (2016). Frames Beyond Words: Applying Cluster and Sentiment Analysis to News Coverage of the Nuclear Power Issue. *Social Science Computer Review*, 34(5), 530-545. <https://doi.org/10.1177/0894439315596385>
- Cervi, E. U. & Massuchin, M. G. (2013a). Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística: análise da eleição municipal de 2012 na Folha de S. Paulo [Quantitative methodology in researches on journalist coverage: analysis of the 2012 municipal election in Folha de S. Paulo]. *Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, 20(3), 840-865. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2013.3.13324>
- Cervi, E. U. & Massuchin, M. G. (2013b). O que interessa ao público nos portais informativos? – as notícias ‘mais lidas do dia’ e o papel da internet como fonte de informação política durante o período eleitoral [What interest for the public in the informational websites? – the ‘most read news of the day’ and the role of internet as a source of information political on electoral period]. *Revista Compolitica*, 3(2), 123-154. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.47>
- Cook, T. E. (1989). *Making laws and making news*. Washington, D.C.: The Brookings Institution.
- Cook, T. E. (2005). *Governing with the news*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e Métodos* [The wonderful world of news: Theory and Method]. Covilhã: LabCom Books.
- Couto, C. G. & Arantes, R. B. (2006). Constituição, Governo e Democracia no Brasil [Constitution, Government and Democracy in Brazil]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(61), 41-62. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200003>

- Eilders, C. (1999). Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany. *The International Journal of Communications Research*, 24(3), 301-328. <https://doi.org/10.1515/comm.1999.24.3.301>
- Entman, R. M. (2004). *Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Espinosa, P. M. (2003). Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País [Persuasion genres in the press: El País' newspaper editorials]. *Ambitos*, (9-10), 225-238. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11441/12698>
- Figueiredo, A. C. & Limongi, F. (2001). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional* [Executive and Legislative in the new constitutional order]. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Figueiredo, A. C. & Limongi, F. (2006). Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário [Agenda-setting power in Brazilian democracy: government performance in multiparty presidentialism]. In G. A. D. Soares & L. Rennó (Eds.), *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past] (pp. 249-280). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Flaounas, I., Ali, O., Lansdall-Welfare, T., De Bie, T., Mosdell, N., Lewis, J., & Cristianini, N. (2013). Research methods in the age of digital journalism: Massive-scale automated analysis of news-content—topics, style and gender. *Digital Journalism*, 1(1), 102-116. <https://doi.org/10.1080/21670811.2012.714928>
- Galtung, J. & Ruge, M. (1965). The structure of foreign news: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in four Norwegian Newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>
- Gomes, W. & Almada, M. P. (2014, May). *ONDAS DE NOTÍCIAS POLÍTICAS: as dinâmicas da atenção pública no noticiário político de TV* [POLITICAL NEWS WAVES: Dynamics of the news media public attention in TV News]. Paper presented at the XXIII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Pará, Belém. Retrieved from [http://www.compos.org.br/biblioteca/gomes\\_almada\\_vers%C3%A3o\\_enviada\\_comp%C3%B3s\\_2014\\_2178.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/gomes_almada_vers%C3%A3o_enviada_comp%C3%B3s_2014_2178.pdf)
- Grimmer, J. & Stewart, B. M. (2013). Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. *Political Analysis*, 21(3), 267-297. <https://doi.org/10.1093/pan/mps028>
- Günther, E. & Quandt, T. (2016). Word Counts and Topic Models. *Digital Journalism*, 4(1), 75-88. <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1093270>
- Harcup, T. & O'Neill, D. (2001). What Is News? Galtung and Ruge revisited. *Journalism Studies*, 2(2), 261-280. <https://doi.org/10.1080/14616700118449>
- Hopkins, D. & King, G. (2010). A Method of Automated Nonparametric Content Analysis for Social Science. *American Journal of Political Science*, 54(1), 229-247. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2009.00428.x>
- Limongi, F. (2006). Presidencialismo e governo de coalizão [Presidentialism and coalition government]. In L. Avritzer & F. Anastasia (Eds.), *Reforma Política no Brasil* [Political Reform in Brazil] (pp. 237-257). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maia, R. (2008). Deliberação e mídia [Deliberation and Media]. In R. C. M. Maia (Ed.), *Mídia e Deliberação* [Media and Deliberation] (pp. 93-122). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Masip, P. (2005). *Rutinas periodísticas e internet en la información diaria* [News production routines and the internet in daily information]. Paper presented at the III Congrés Internacional Comunicació I Realitat (pp. 561-576). Barcelona: Universitat Ramon Llull.
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. <https://doi.org/10.1086/267990>

- Melo, C. R. (2006). Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil [Party system, presidentialism and political reform in Brazil]. In G. A. D. Soares & L. R. Rennó (Eds.), *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past] (pp. 155-175). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Menke, M., Kinnebrock, S., Kretzschmar, S., Aichberger, I., Broersma, M., Hummel, R., ... Salaverría, R. (2018). Convergence Culture in European Newsrooms: Comparing editorial strategies for cross-media news production in six countries. *Journalism Studies*, 19(6), 881-904.  
<https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1232175>
- Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política [The media and political practice]. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (55-56), 155-184.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000100007>
- Mont'Alverne, C. (2017). A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo [Who are the targets of journalistic editorials? A study concerning agents and institutions mentioned by two Brazilian newspapers]. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (23), 7-34. Retrieved from <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/30145>
- Mont'Alverne, C. & Marques, F. P. J. A. (2015). A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais [The company's opinion in Brazilian journalism: A study on the role and political influence of editorials]. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, 12(1), 121-137.  
<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2015v12n1p121>
- Nicolau, J. (2008). Cinco opções, uma escolha: o debate sobre a reforma do sistema eleitoral no Brasil [Five options, one choice: the debate about reforms of the electoral system in Brazil]. In T. Mulholland & L. R. Rennó (Eds.), *Reforma política em questão* [Political reform under discussion] (pp. 129-141). Brasília: Editora UnB.
- Nicolau, J. (2017). *Representantes de quem?* [Representatives of whom?]. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nicolau, J. & Power, T. J. (2007). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma* [Brazilian representative institutions: evaluation and reform]. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Noletto Filho, P. (2009). A imagem pública do Congresso: Uma análise político-midiática [Congress public image: A political-mediatic analysis]. Universidade de Brasília. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7605>
- Pang, B. & Lee, L. (2008). Opinion Mining and Sentiment Analysis. *Foundations and Trends® in Information Retrieval*, 2(1-2), 1-135. Retrieved from <https://www.nowpublishers.com/article/Details/INR-011>
- Power, T. J. & Zucco Jr., C. (2011). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira* [The Congress by itself: selfperceptions of Brazilian politicians]. Belo Horizonte: Editoria UFMG.
- Preston, P. (2015). News Values. In G. Mazzoleni (Ed.), *The International Encyclopedia of Political Communication* (pp. 1-6). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc062>
- Rennó, L. R. (2006). O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e accountability nas eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados [The rich's dilemma: candidates supply, partisan identification and accountability in 2002 elections to the House of Representatives]. In G. A. D. Soares & L. R. Rennó (Eds.), *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past] (pp. 47-69). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rennó, L. R. (2008). Reformas políticas no Brasil: realizadas e prováveis [Political reforms in Brazil: accomplishments and prospectives]. In T. Mulholland & L. R. Rennó (Eds.), *Reforma política em questão* [Political reform in under discussion] (pp. 13-42). Brasília: Editora UFMG.
- Salaverría, R. & Negredo, S. (2008). *Periodismo integrado—convergencia de medios y reorganización de redacciones* [Integrated journalism - media convergence and newsrooms' reorganization]. Barcelona: Sol90Media.

- Salgado, E. & Silva, D. (2017, May). *O avanço do retrocesso: Alterações legislativas e restrições à comunicação política* [Legislative changes and restrictions on political communication in municipal elections]. Paper presented at the VI Congresso da Compólitica. Retrieved from [http://www.compolitica.org/home/?page\\_id=1838](http://www.compolitica.org/home/?page_id=1838)
- Santos, F. (2006). Em defesa do presidencialismo de coalizão [Defending Coalitional presidentialism]. In G. A. D. Soares & L. Rennó (Eds.), *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past] (pp. 281-295). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sevenans, J. (2017). The Media's Informational Function in Political Agenda-Setting Processes. *The International Journal of Press/Politics*, 22(2), 223-243. <https://doi.org/10.1177/1940161217695142>
- Sjøvaag, H. & Stavelin, E. (2012). Web media and the quantitative content analysis: Methodological challenges in measuring online news content. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 18(2), 215-229. <https://doi.org/10.1177/1354856511429641>
- Soares, G. A. D. & Rennó, L. (2006). *Reforma política: lições da história recente* [Political reform: lessons from recent past]. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sudhahar, S., Franzosi, R., & Cristianini, N. (2011, October). Automating Quantitative Narrative Analysis of News Data. In T. Diethe, J. Balcazar, J. Shawe-Taylor, & C. Tirnauca, *JMLR: Workshop and Conference Proceedings 17*, 17 (pp. 63-71). Retrieved from <http://proceedings.mlr.press/v17/sudhahar11a/sudhahar11a.pdf>
- Tavares, C. & Massuchin, M. (2017). Informação política na internet em tempo de campanha no Brasil: as escolhas dos produtores nos portais informativos Folha, G1 e UOL. [Political information on the Internet during campaign in Brazil: producer's choices in Folha, G1 e UOL information portals]. In A. Moreira, E. Araújo, & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* [Communication and politics: periods, contexts and challenges] (pp. 169-193). Braga: CECS.
- Tavares, J. A. G. (1998). *Reforma política e retrocesso democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro* [Political reform and democratic setback: an agenda to specific reforms in Brazilian electoral and party systems]. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the Construction of Reality*. Free Press.
- van Dalen, A. (2015). Journalism, Political. In G. Mazzoleni (Ed.), *The International Encyclopedia of Political Communication* (pp. 1-10). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc058>
- Weaver, D. H., McCombs, M. E., & Spellman, C. (2000). O Caso Watergate e os media [The Watergate case in the media]. In N. Traquina (Ed.), *O poder do Jornalismo. Análise e textos da Teoria do Agendamento* [The power of journalism. Analysis and texts of the agenda-setting theory] (pp. 77-95). Coimbra: Minerva Editora.

#### SOBRE OS AUTORES

**Camila Mont'Alverne**, doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, Brasil e integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista Capes. Seus interesses de pesquisa são Jornalismo político, Mídia e Eleições e Internet e Política. Tem publicações recentes sobre estes temas em *Brazilian Political Science Review*, *Revista Brasileira de Ciência Política*, *Brazilian Journalism Research* e *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (Wiley-Blackwell, no prelo, 2018).

**Victor Hausen**, graduando em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e programador. Tem interesse em Comportamento Político, e em como aplicação de ciência de redes, processamento de linguagem natural (NLP), visão computacional (CV) e Machine Learning podem nos ajudar a compreender fenômenos sociais.

**Pedro Henrique Leite**, graduando do bacharelado em Ciências Sociais na linha de formação em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Pertence ao Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia - PONTE (<http://www.ponte.ufpr.br>). Atua em pesquisas no campo da política e tecnologia, comunicação política e democracia digital.